

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – CURSO DE PEDAGOGIA

RAFAELLA LOPES SANCHEZ DERBALLE

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO

NO ENSINO FUNDAMENTAL 1

SÃO PAULO

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – CURSO DE PEDAGOGIA

RAFAELLA LOPES SANCHEZ DERBALLE

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO

NO ENSINO FUNDAMENTAL 1

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de Pedagogo, da Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia de Almeida Melo

SÃO PAULO

2012

Dedico esse trabalho a minha família que sempre me apoiou.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço, em primeiro lugar, a meus pais, que sempre me apoiaram e me direcionaram.

À minha irmã, pelo exemplo e determinação.

Aos meus professores da universidade, que me proporcionaram experiências e conhecimento.

Às minhas amigas de classe, que sempre estiveram do meu lado.

À Maria Lúcia de Almeida Melo, pela orientação durante a realização dessa monografia.

RESUMO

DERBALLE, Rafaella.L.S. **O papel do psicopedagogo no Ensino Fundamental 1**. 2012, 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. 2012.

Esta monografia teve por objetivo buscar uma compreensão sobre o papel do psicopedagogo no contexto escolar, mais precisamente no Ensino Fundamental 1. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o histórico, as principais características da Psicopedagogia como área de conhecimento (principais momentos de sua construção; diferentes formas de pensar seu objeto de estudo; diferentes articulações interteóricas que alicenam as construções teóricas e o trabalho psicopedagógico de psicopedagogos argentinos e brasileiros) e as principais características da Psicopedagogia como área de intervenção (diferentes modalidades de atuação, de contextos de intervenção, de objetivos visados, de atividades desenvolvidas e de procedimentos próprios desenvolvidos). Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Orientações Curriculares relacionados ao Ensino Fundamental 1 também foram explicitados e relacionados aos objetivos e preocupações do trabalho psicopedagógico. Por fim, refletiu-se sobre uma situação concreta – a queixa da escola em relação a uma criança - vivenciada pela autora quando da realização de seu estágio regular, previsto pelo curso de Pedagogia, a fim de explicitar a compreensão conquistada sobre o papel do psicopedagogo no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Papel do psicopedagogo na escola, psicopedagogia, intervenção psicopedagógica, Ensino Fundamental 1.

ABSTRACT

DERBALLE, Rafaella.L.S. **The role of psychopedagogists in Elementary Education 1.** 2012, 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. 2012.

This monograph aimed to seek an understanding of the role of psychopedagogists in the school context, more precisely on Elementary Education 1. A bibliographic survey was conducted on the historical, the main features of the psychopedagogy as area of knowledge (key moments of its construction; different ways of thinking about their subject; different articulations inter theoretical that underpin theoretical constructions and the psychopedagogic work of Argentines an Brazilians psychopedagogists) and the main features of psychopedagogy as area of intervention (different types of performance, the intervention context, the objectives pursued, of activities, and own procedure developed. The National Curriculum Parameters and the Curriculum Orientations related to Elementary Education 1, were also explained and related to the goals and worries of psychopedagogic work. Lastly, reflected on a concrete situation – the complain of a school in relation to a child – experienced by author during the realization of the regular stage, provided by the Pedagogy course in order to clarify the understanding gained on the role of psychopedagogists in the school context.

KEYWORDS: Psychopedagogists role in school, psychopedagogy, psychopedagogic intervention, elementary education 1.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A PSICOPEDAGOGIA: HISTÓRICO, ESPECIFICIDADE COMO ÁREA DE CONHECIMENTO E CAMPO DE ATUAÇÃO.....	11
1.1 Histórico da Psicopedagogia.....	11
1.2 A Psicopedagogia como Área de Conhecimento.....	15
1.3 A Psicopedagogia como Campo de Atuação.....	20
2 O ENSINO FUNDAMENTAL 1- PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS.....	26
3 REFLEXÕES PSICOPEDAGÓGICAS SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	39
ANEXO: Ética do Trabalho Psicopedagógico.....	40

INTRODUÇÃO

“Viver – não é - é muito perigoso.
Porque ainda não se sabe.
Porque aprender-a-viver
É o que é viver, mesmo.”

(João Guimarães Rosa, apud BEACLAIR, 2009, p. 27)

Todos nós, seres humanos, vivemos em permanente estado de transformação e criação: de sentidos, de relações, de produções, de interpretações, e até de (des)construção e (re)construção. Na Instituição Escolar, as crianças que estão ingressando no Ensino Fundamental I passam por mudanças de ambiente, de disciplinas e de metodologia e, nesse processo, podem apresentar dificuldades: não adaptar-se aos novos horários, enfrentar dificuldades de socialização e de enfrentamento e compreensão do significado das notas que acompanham as avaliações.

Normalmente, quando surgem essas dificuldades, a escola marca uma reunião com os pais. Dessa forma, a professora ou orientadora apresenta o problema para a família e, na maioria das vezes, sugere aulas particulares ou visitas ao psicólogo. Questões como essas deveriam ser solucionadas dentro da própria escola. Porém, o que acontece na maioria dos casos é um batalhão de adultos assumirem uma “caminhada” que deveria ser do aluno, orientado e acompanhado por professores, orientadores e psicopedagogo, na escola. Antes de remeter o problema para fora da escola, a solução deveria ser buscada dentro da escola. É evidente que os pais devem estar cientes, pois eles fazem parte do processo educacional; mas com o papel de manter-se atentos e dar suporte.

No caso das notas baixas, esse batalhão encontra como “solução” as horas exageradas de estudos - orientados ou não pelos chamados professores particulares- e a pressão em cima da criança para a conquista de uma melhora significativa. Acabam esquecendo-se que a preocupação deveria ser com a própria criança. Assim, o que acaba acontecendo é que algumas crianças ficam mais preocupadas com a reação dos pais e com as consequências que virão, do que com

as dificuldades com as quais se defrontam e com a busca de meios apropriados a essa necessária superação. Assim não percebem que o mais viável é encarar os estudos de uma maneira diferente, mais prazerosa.

O mesmo ocorre com as questões de posturas e atitudes indisciplinadas das crianças. O aluno apresenta um comportamento diferente do esperado pela escola, às vezes por trazer problema ou stress de sua casa e isso acaba repercutindo na escola. O aluno pode até não apresentar dificuldades nos conteúdos ensinados e/ou notas baixas, mas pode comprometer seu grupo-sala com atitudes indisciplinadas, incompatíveis com o ambiente da aprendizagem. Por vezes, a escola não sabe lidar com isso e, novamente, transfere as dificuldades apresentadas por essa criança para profissionais - psicólogos ou psiquiatras - de fora da escola.

Exemplo disto foi o que observei na escola em que realizei o Estágio no terceiro ano de faculdade. Um aluno do 2º ano do Ensino Fundamental apresentava postura inadequada em sala de aula: não prestava atenção nas aulas e era agressivo, tanto com os seus colegas, brigando e batendo neles, quanto consigo mesmo, expondo-se a situações de risco. Mesmo com esse quadro, e por vezes, ausente de algumas aulas, por ficar transtornado, suas notas mantinham-se na média. Nesse contexto, cabe a atuação do psicopedagogo no ambiente escolar, sem descartar – se necessário – as visitas ao psicólogo fora da escola

A partir desse caso, resumidamente apresentado, se deu a origem da minha monografia que tem como objetivo compreender o papel do psicopedagogo no contexto escolar, mais precisamente no Ensino Fundamental 1.

O campo da Psicopedagogia ainda é pouco conhecido. Para melhor conhecê-lo, o primeiro capítulo desta monografia apresenta um histórico e caracterização da Psicopedagogia como área de conhecimento e campo de atuação. O segundo capítulo é destinado à explicitação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Orientações Curriculares que orientam o Ensino Fundamental entre nós. Por fim, no terceiro e último capítulo, descrevo em mais detalhes o caso acima apresentado, com as intervenções feitas pela escola e reflito sobre a Psicopedagogia como área de intervenção na escola e sobre o papel do psicopedagogo nesse contexto.

Esta monografia, construída a partir de pesquisa bibliográfica, busca conhecer o campo da Psicopedagogia, resgatando, ou até ousando em dizer, evidenciando a importância desse profissional nas instituições escolares.

CAPÍTULO 1: A Psicopedagogia: histórico, especificidade como área de conhecimento e campo de atuação

“Mais do que aprender a conhecer, a psicopedagogia nos ensina a aprender a ser” (Tais Lima, 2003: 15, apud BEAUCLAIR, 2009: 49)

O estudo sobre a Psicopedagogia aqui apresentado baseia-se prioritariamente no livro “A Psicopedagogia no Brasil”, de Nadia Bossa (2011). No entanto, na tentativa de esclarecer algumas questões que me foram ocorrendo no curso da elaboração deste capítulo, outros autores também foram consultados e serão aqui citados: Ariès (1981), Beauclair (2009) e Porto (2011). Começamos recuperando a história da Psicopedagogia.

1.1 Histórico da Psicopedagogia

A Psicopedagogia nasceu na Europa, no século XIX, a partir de preocupações com os problemas de aprendizagem.

Antes mesmo do século XIX, Ariès, profundo conhecedor da história da infância, já se refere à presença de uma preocupação com questões relacionadas a aprendizagem, no século XVII. Segundo esse autor, a preocupação nessa época era em compreender mais e melhor a criança, para assim transformá-la em um adulto racional e cristão. No século XVIII, o foco era a disciplina, a racionalidade dos costumes, com a preocupação na higiene e saúde física. No século XIX, com os progressos técnicos e científicos, a escolaridade adquire um papel e função distinta; a escola adquire função de sustentação do ideário liberal e de garantir a igualdade de oportunidades para o conhecimento e desenvolvimento. Assim confirma-se que as diferenças individuais são as responsáveis pelo fracasso escolar e desigualdades sociais. Neste contexto, Bossa refere-se também a influência das teorias evolucionistas de Darwin que fundamentavam os laboratórios de Psicologia Experimental, alertando a todos para as bases genéticas da conduta humana.

Bossa também refere-se a uma publicação de Janine Mery (1985), psicopedagoga francesa, que apresentou algumas considerações sobre o termo psicopedagogia e sobre a origem dessas ideias na Europa e a George Mauco, que foi o fundador do primeiro centro médico-psicopedagógico na França onde se deu

as primeiras articulações entre a Medicina, Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, na tentativa de solucionar problemas comportamentais e de aprendizagem.

Baseando-se no trabalho de Janine Mery (1985), acima referido, Bossa esclarece-nos que, no final do século XIX, educadores como Itard, Pereire, Pestalozzi e Seguin, começaram a se dedicar á crianças que apresentavam problemas de aprendizagem devido a vários tipos de distúrbios. Pestalozzi, inspirado nas ideias de Rousseau, fundou um centro de educação por meio do trabalho, na Suíça, onde abrigava crianças pobres de todas as idades. Seguin fundou na França a primeira escola de reeducação, uma escola destinada a crianças mentalmente deficientes, e, em 1848, emigrou para os Estados Unidos, onde suas ideias foram aceitas e suas técnicas de treinamento dos sentidos e músculos são utilizadas até hoje.

Ainda no século XIX, Seguin juntamente com o neurologista Esquirol, formaram uma equipe de médicos e pedagogos. A partir disso, a neuropsiquiatria infantil passou a se ocupar dos problemas neurológicos que afetam a aprendizagem. Nessa época, com base ainda em Janine Mery, Bossa refere-se também a Maria Montessori, que deu sua contribuição, criando o método de aprendizagem destinado inicialmente a crianças retardadas, e, mais tarde, foi estendido para todas as crianças, sendo, ainda hoje utilizado por algumas escolas. A preocupação de Montessori centrava-se na educação da vontade e na alfabetização, estimulando os órgãos dos sentidos, sendo assim classificado como um método sensorial.

Segundo Bossa, a primeira iniciativa de médicos e educadores no campo da reeducação foi realizada por Edouard Claparède, professor de Psicologia que, em 1898, juntamente com o neurologista François Neville, introduziu na escola pública as “classes especiais”, destinadas a crianças mentalmente retardadas. As primeiras consultas médico-pedagógicas com o objetivo de encaminhar as crianças para essas salas, aconteceram entre 1904 e 1908, no início do século XX.

Bossa ainda refere-se aos Centros de Interesses - que também existem até hoje – e que foi criado por Ovidir Decroly e explica que Decroly utilizava técnicas de observação e filmagem para estudar as situações de aprendizagem. A base psicológica dessa estratégia reside em considerar a vida mental do indivíduo como uma unidade, de modo que os temas ou conteúdos a serem estudados são apresentados no seu todo e não repartidos em disciplinas ou áreas do

conhecimento. Ou seja, já é adotada uma visão multidisciplinar para pensar o desenvolvimento global da criança.

Na segunda década do século XX, surgem os primeiros centros de reeducação para delinquentes infantis e, nos EUA e na Europa, cresce o número de escolas destinadas ao ensino individualizado para crianças, consideradas de aprendizagem lenta.

Em 1930, na França, surgem os primeiros centros de orientação educacional infantil, com equipes formadas por médicos, psicólogos, educadores e assistentes sociais. Penso que a partir desses acontecimentos, é possível afirmar que os primórdios da Psicopedagogia teve uma dupla origem: médica e pedagógica.

Bossa também traça o percurso da Psicopedagogia no Brasil, a partir de pesquisa bibliográfica e de entrevistas realizadas com Alicia Fernández e Carmen Alicia Montti.

De acordo com Bossa, nas décadas de 50 e 60, profissionais de Porto Alegre organizavam centros de estudos destinados a formação e atualização em Psicopedagogia, baseados em centros da Argentina, fundamentados em um modelo médico de atuação. Em 1954, ocorreu o primeiro registro de um curso de orientação psicopedagógica patrocinado pelo Centro de Pesquisa e Orientação Educacional (CPOE) da Secretaria de Educação e Cultura que foi coordenado por Aracy Tabajara e Dorothy Fossati. É também nesse momento que foi criado o Departamento de Educação Especial, orientado para o atendimento de crianças excepcionais.

Em 1967, é desenvolvido também pelo CPOE um curso para professores, com dois anos de duração, especializado no atendimento psicopedagógico clínico; o curso com meio ano de estágio, foi supervisionado pelo Dr. Julio Bernaldo de Quirós, fonoatetra e neurologista argentino.

Ainda segundo Bossa, na década de 70, os problemas de aprendizagem eram vistos a partir de uma perspectiva patologizante, pois se baseavam nos estudos de profissionais da Europa.

Porém, no final dos anos 70, os educadores passam a imputar o fracasso escolar a causas extraescolares, ou seja, o fracasso escolar passa a ser entendido como um problema social e politicamente produzido. (Colares, 2011; Patto, 2011; Brandão, 2011; apud Bossa, 2011, P.78-80). Os fatores sociopolíticos tornam-se os responsáveis pelas más condições escolares da população brasileira.

Foi no final dos anos 70 que surgiram os primeiros cursos de especialização em Psicopedagogia no Brasil, visando complementar a formação de psicólogos e educadores que buscavam soluções para os problemas na aprendizagem. Eram cursos fundados em orientações médico-pedagógicas, com duração de dois anos. Bossa explica que “esses cursos foram estruturados e, dentro desse contexto histórico, amparados em um conhecimento científico, fruto de uma dinâmica sociocultural que não a nossa.” (p.80).

Concretamente, o primeiro curso regular de Psicopedagogia foi criado em 1979, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, por iniciativa da Maria Alice Vassimon, pedagoga e psicodramatista, juntamente com a Madre Cristina Sodré Dória, diretora do Instituto. Bossa explica que o curso era voltado para uma atuação em nível clínico e, posteriormente, com os novos conhecimentos das áreas de Linguística, Psicolinguística e teorias do desenvolvimento, inclusive as contribuições de Emilia Ferreiro, os problemas de aprendizagem são ressignificados, e os próprios cursos passam a ter outro direcionamento, voltado também para uma atuação preventiva e um trabalho grupal.

Bossa refere-se ao curso de Psicopedagogia do Sedes, subdividindo-o em quatro momentos: o primeiro, no qual predomina o enfoque reeducacional da Psicopedagogia; posteriormente o curso assume um caráter terapêutico, aprofundando-se nos aspectos afetivos da aprendizagem; a partir de então, o terceiro momento passa a refletir e praticar a Psicopedagogia na Instituição Escolar e, atualmente, o curso vive um momento em que se privilegiam as diferenciações no papel do psicopedagogo buscando-se uma formatação mais rigorosa da identidade desse profissional entre o perfil clínico e o institucional.

Além do Sedes, Bossa destaca também o trabalho da professora Genny Golubi de Moraes, que deu sua contribuição à compreensão e tratamento dos problemas de aprendizagem, coordenando os cursos da PUC-SP. Assim, ela foi responsável pela formação de um grande número de profissionais da Psicopedagogia, profissionais esses que hoje desenvolvem importantes trabalhos na área. Genny Moraes sempre priorizou o trabalho preventivo, deixando clara a preocupação no sentido de fazer com que cada vez menos crianças chegue à clínica por problemas escolares.

Em 1979 e 1980 a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) realizou cursos de especialização: Curso de Reeducação em Linguagem e, em 1982 e 1983: Curso de Psicoeducação. Em 1984 ocorreu o Primeiro Encontro de psicopedagogos em São Paulo, quando Clarisse Golbert e Sonia Kiguel apresentaram seus trabalhos, tecendo considerações a respeito das atividades dos psicopedagogos em Porto Alegre. Bossa destaca que no segundo encontro de Psicopedagogos de São Paulo, em 1986, essa equipe passou de quatro participantes para quarenta; assim, esse grupo que era chamado de Grupo Livre de Estudos em Psicopedagogia, se transformou em Associação de Psicopedagogos.

Assim, a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), em 2010 completou 30 anos de atividades ininterruptas, como órgão de classe e de referência nacional para os psicopedagogos. A Associação tem sido responsável pela organização de eventos de dimensão nacional e internacional, bem como tem se destacado por suas publicações, cujos temas retratam as preocupações e as tendências epistemológicas na área.

1.1.1 A Psicopedagogia como Área de Conhecimento

A Psicopedagogia, segundo João Beauclair (2009), propõe integrar, de modo coerente, conhecimentos e princípios de diferentes Ciências a fim de compreender os variados processos envolvidos na aprendizagem humana, objeto de estudo dessa área do conhecimento. Segundo Bossa (2011), a Psicopedagogia conta com contribuições de diferentes disciplinas: Psicologia, Psicanálise, Pedagogia, Linguística, Fonoaudiologia e Medicina. Ainda segundo essa autora, a definição da natureza da Psicopedagogia como área de conhecimento passou por fases distintas: primeiro foi reconhecida como uma área de conhecimento multidisciplinar, por contar com diferentes contribuições disciplinares na construção de seu corpo teórico. Posteriormente, conquistou um caráter interdisciplinar, graças à crescente integração dessas disciplinas numa nova área de conhecimento e, atualmente, assim como também mencionado por Beauclair (2009), observa-se uma tendência para utilização de diferentes conhecimentos e integração dos mesmos na construção de seu próprio objeto de estudo, ou seja, a Psicopedagogia adquire caráter transdisciplinar.

Bossa (2011) faz referência a profissionais brasileiros, ao definir a Psicopedagogia. Cita, por exemplo, Lino de Macedo, autor que considera que a Psicopedagogia nasceu da necessidade de compreender melhor o processo de aprendizagem; cita Maria M. Neves, que acredita que a Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando em conta realidades interna e externa.

Bossa também se refere a Sonia Moonjen Kiguel (1991), psicopedagoga que contribuiu para o saber psicopedagógico, ao considerar que a Psicopedagogia originou-se da necessidade de atender crianças com “distúrbios de aprendizagem”. Segundo Kiguel, além das áreas já citadas, a Sociologia, Antropologia e Epistemologia também integram e enriquecem a Psicopedagogia.

Mesmo com os esforços de cada um desses profissionais, ainda hoje, percebe-se um estado de confusão e ambiguidade na Psicopedagogia, “quanto mais tentamos elucidá-lo, menos claro ele nos parece” (BOSSA, 2011, P.25); quanto mais tentamos explicar e definir a Psicopedagogia, menos claro ela nos parece. Bossa acredita que, para entender melhor essa área do conhecimento, é necessário “pensar sobre seu objeto de estudo, as teorias que, na interdisciplinaridade, embasam a prática, e o seu campo de atuação” (p.28).

Quanto ao objeto de estudo da Psicopedagogia, a referida autora afirma que o mesmo foi entendido de variadas formas. Primeiramente, o trabalho psicopedagógico priorizava a reeducação, isto é, o processo de aprendizagem era avaliado em função dos seus déficits; sendo assim o objeto de estudo dessa área de conhecimento era o sujeito que não aprendia. “Esse ponto de vista buscava estabelecer semelhanças entre grandes grupos e sujeitos, as regularidades, o esperado para determinada idade, visando reduzir as diferenças e acentuar a uniformidade” (p.34). Na segunda fase, a Psicopedagogia passou a se fundamentar principalmente na Psicanálise e na Psicologia Genética, levando em conta a singularidade do indivíduo ou grupo, sempre buscando o sentido particular de seu objeto de estudo, ou seja, a própria história e realidade daquele que aprende. Neste caso, o objeto de estudo era o sujeito aprendendo. Atualmente, a Psicopedagogia tem uma concepção de aprendizado que considera também as condições socioculturais do sujeito e do meio em que vive. Em resumo, psicopedagogos brasileiros definem o objeto de estudo da Psicopedagogia de forma diferenciada, conforme pode ser visto no Quadro abaixo.

QUADRO 1 – CONCEPÇÕES DE PSICOPEDAGOGOS BRASILEIROS
 SOBRE O OBJETO DE ESTUDO DA PSICOPEDAGOGIA (apud Bossa, 2011: 29-
 30)

Psicopedagogos brasileiros	Objeto de Estudo da Psicopedagogia
Kiguel (1991)	O “processo de aprendizagem: seus padrões evolutivos normais e patológicos, bem como a influência do meio (família, sociedade, escola) no seu desenvolvimento” .
Neves (1992)	“...o ato de aprender e ensinar, levando em conta a realidade interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda sua complexidade, colocando em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos”.
Scoz (1992)	Estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades; a ação do profissional deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os.
Golbert (1985)	“[o] objeto de estudo (...) deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico.” O objeto de estudo do enfoque preventivo é o ser humano em desenvolvimento. A pessoa a ser educada. “Seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos.”

Kubinstein (1992)	“(...)investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem(...)” E também considera o processamento de aprendizagem, levando em conta as variáveis presentes no processo.
Weiss (1991)	Busca melhor qualidade na construção da aprendizagem tanto de alunos como educadores e a melhoria dessas relações com a aprendizagem.

Penso que as diferentes concepções não nos levam a uma única definição do objeto de estudo da Psicopedagogia, mas o ponto em comum é que todos os autores referem-se ao estudo da aprendizagem humana e de seus problemas ou dificuldades.

Assim como no Brasil, na Argentina também a Psicopedagogia é pensada de diferentes formas. Referindo-se às teoria que embasam o trabalho psicopedagógico, lá e aqui, diz-nos Bossa (2011:39):

Alicia Fernández (1985) defende que: “A epistemologia genética e a psicanálise são necessárias para a teoria psicopedagógica, mas não se confundem com ela, cujo fim é dar conta da articulação inteligência-desejo.”. Já Jorge Visca (1987) “considera que *a psicopedagogia foi se perfilando como um conhecimento independente e complementar, por assimilação recíproca das contribuições das escolas psicanalítica, piagetiana e da Psicologia Social e Enrique Pichon–Rivière.*”(BOSSA, 2011: 39). Ainda segundo Bossa, Sara Pain (1986) por sua vez, pensa os problemas de aprendizagem via a articulação da Psicanálisis com a teoria piagetiana e o materialismo histórico. Por fim, Bossa apresenta Mariana Muller (1986) que se apoia na Psicologia Genética, na Psicologia Social e na Linguística (você também se referiu estranhamente à Psicopedagogia Clínica como apoio desta última autora Melhor verificar o que quis dizer). O Quadro abaixo resume o que foi exposto.

QUADRO 2 – REFERENCIAIS TEÓRICOS QUE EMBASAM O TRABALHO PSICOPEDAGÓGICO DE AUTORES BRASILEIROS

Psicopedagogos Argentinos	Fundamentação teórica:
Fernández (1985)	Epistemologia Genética e Psicanálise visando compreender a articulação entre inteligência e desejo
Jorge Visca (1987)	Psicanálise, Piaget, Psicologia Social de Enrique Pichon- Revière
Sara Pain (1986)	Psicanálise, teoria piagetiana e o Materialismo Histórico
Mariana Muller (1986)	Psicologia Genética, Psicologia Social e Linguística

Bossa (2011) explica que cada profissional segue uma abordagem, e esses diferentes enquadres são consequência da identificação do profissional com determinadas correntes teóricas. A autora ressalta que as diversas combinações teóricas assumidas pelos autores resultam em diferentes posturas teórico-práticas, gerando assim pontos de convergência entre os profissionais. Contudo, Bossa defende que, independente da abordagem particular de cada psicopedagogo, existem certos princípios éticos que devem se fazer presentes na atuação profissional. (apresento anexo o “Código de ética do Trabalho Psicopedagógico”)

1.1.1.1 A Psicopedagogia como Campo de Atuação

O campo de atuação do psicopedagogo não se limita a um lugar físico, é também um espaço epistemológico, como vimos acima. Nesse sentido, em resumo, podemos afirmar, como Beauclair (2009) e Porto (2011) a Psicopedagogia é um campo de ação tanto em Educação como em Saúde.

As modalidades de atuação em Psicopedagogia pode ser classificadas em: preventiva, clínica (curativa), ou teórica. Segundo Bossa (2011), essas modalidades se articulam: o trabalho clínico não deixa de ser preventivo, uma vez que, ao “tratar”, pode-se evitar o aparecimento de outros problemas; e o trabalho preventivo pode

ser clínico, desde que leve em conta a singularidade de cada processo individual, grupal ou institucional; por fim, tanto o trabalho clínico como o preventivo podem dar origem a considerações de ordem teórica. Porém, a autora sugere que ao delimitar o campo de atuação deve-se diferenciar essas modalidades.

No campo da Educação, Bossa acredita que a Psicopedagogia visa compreender as variadas dimensões da aprendizagem humana, assim como saber como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas de vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende considerando a intervenção da família, escola, empresa, instituições sociais, ou seja, a sociedade como um todo.

Ou seja, na Instituição escolar a abordagem preventiva se mostra presente nessa atitude de investigação que considera fatores internos e externos. A autora acredita que a Psicopedagogia preventiva tem como objeto de estudo a própria Instituição, ou seja, o psicopedagogo avalia os processos didático-metodológicos e a dinâmica institucional que interferem no processo da aprendizagem. Neste sentido, Bossa destaca que o trabalho preventivo tem três níveis: no primeiro, o psicopedagogo atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a frequência dos problemas de aprendizagem, o profissional deve orientar professores e aconselhar os pais. No segundo nível, o foco está em diminuir e tratar os problemas já instalados, para isso cria-se um plano diagnóstico da realidade institucional e elaboram-se planos de intervenção baseados nesse diagnóstico; assim os currículos são avaliados com os professores, para que tais transtornos não se repitam. E por fim, o terceiro tem o objetivo de eliminar os problemas já instalados, utilizando-se, para isto, de um procedimento clínico.

Baseando-se em Lino de Macedo (1990), a autora de “A Psicopedagogia no Brasil” (2011: 49) esclarece que, na Instituição Escolar, o psicopedagogo ocupa-se das seguintes atividades:

- *Orientação de estudos*: organiza o uso do tempo, da agenda e de “como estudar”, ou seja, como ler um texto, como escrever, qual melhor maneira de estudar para uma prova quando o aluno não sabe fazê-lo.
- *Apropriação dos conteúdos escolares*: propiciar o domínio de disciplinas escolares as quais a criança não apresente desempenho satisfatório. O psicopedagogo não é um professor particular, pois o conteúdo escolar é usado como um meio para ajudar

e oferecer ao aluno o domínio de si mesmo, e a promover as condições necessários ao desenvolvimento cognitivo da criança.

- *Desenvolvimento do raciocínio*: utiliza-se na maioria das vezes jogos, para desenvolver os processos de pensamento necessários ao ato de aprender.

- *Atendimento de crianças*: presta-se a atender deficientes mentais, autistas ou crianças com comprometimento orgânicos mais graves, podendo auxiliar o trabalho da escola. Recorre-se também a propostas corporais e artísticas, sempre relacionando com o trabalho escolar.

Para Janine Mery (1985), “o psicopedagogo é um professor de um tipo particular que realiza a sua tarefa de pedagogo sem perder de vista os propósitos terapêuticos da sua ação” (BOSSA, 2011: 50). Vale explicar que, o termo particular não significa “professor particular”, “o psicopedagogo não deve assumir a postura de terapeuta” (p.53) Ainda segundo Mery, o objetivo do psicopedagogo é levar o sujeito a reintegrar-se a vida escolar normal, respeitando as suas possibilidades e interesses. Bossa defende que o psicopedagogo deve incentivar o aluno a enfrentar a escola de hoje, e deve buscar desenvolver e expandir a personalidade do sujeito, favorecendo suas iniciativas pessoais, respeitando seus gostos, propondo atividades, procurando sugerir várias alternativas do rumo a ser tomado, permitindo a opção do aluno.

Além disso, Bossa também aponta o caráter assistencial que o psicopedagogo pode ter na Instituição; ele pode fazer parte de equipes responsáveis por elaborar, dirigir e acompanhar a evolução de planos, programas e projetos.

Sobre a Psicopedagogia curativa nas Instituições, Bossa aponta seu caráter terapêutico, uma vez que procura entender os processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos e pedagógicos de forma integrada, em uma situação onde algum problema já esta instalado; interferindo assim na aprendizagem, a fim de possibilitar situações que resgatem o prazer de aprender em sua totalidade, incluindo também pais, professores e orientadores. O trabalho é realizado a partir da investigação e intervenção, para que se compreenda o significado, a causa e a modalidade de aprendizagem do sujeito, com o intuito de sanar suas dificuldades. Bossa explica que o objetivo da investigação é levantar hipóteses indicadoras de estratégias capazes de criar a situação terapêutica que facilite criar um melhor vínculo e uma situação mais adequada para a aprendizagem. Na clinica, Bossa também aponta a preocupação que se deve ter com a postura do aluno com a

aprendizagem, a fim de que se torne o agente de processo, aproprie-se do seu saber, para alcançar a autonomia e independência. Ou seja, Bossa conclui que o trabalho clínico busca compreender a mensagem do sujeito, implícita no não aprender, através da história pessoal do aluno e considera que se deve analisar o que impede o sujeito de aprender, como aprende e por quê.

Bossa (2011) ainda se refere a uma proposta de atuação psicopedagógica em empresas cujo objetivo é favorecer a aprendizagem do sujeito para uma nova função, auxiliando-o no desenvolvimento mais efetivo de suas atividades.

Com relação ao diagnóstico psicopedagógico Bossa o define como uma metodologia ou “modus operandi” próprio ao campo da Psicopedagogia. Para a realização do diagnóstico são usados instrumentos como: provas operatórias (Piaget), provas projetivas (desenhos), anamnese e a Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA).

Segundo Beauclair (2009), na área da Saúde, o trabalho psicopedagógico é realizado em consultórios privados ou em hospitais, com o objetivo de reconhecer e atender as alterações da aprendizagem sistemática e assistemática de natureza patológica. Porto (2011) diferencia os jogos em: funcionais, jogos simbólicos, jogos orais e, por fim, os jogos com os objetos (argila, bonecas, etc). Nesse contexto cita Piaget, que afirma que o jogo simbólico (que surge por volta dos dois anos) permite à criança construir um mundo a medida de seu desejo, deformando-o e transformando-o para atender suas fantasias. Ou seja, existe uma evolução: primeiro as crianças se dedicam aos jogos funcionais como correr, saltar e pular, depois, dedicam-se aos jogos simbólicos, ou seja, as crianças, imitam, dramatizam e inventam. Porto explica que só quando a criança entende o que é dar e receber carinho é que os jogos orais se formulam como presentes, como os de fazer comidinha. Já os jogos com argila, areia, tinta, os desenhos e também jogos com bonecas e animais são entendidos pela autora como uma expressão da fantasia da criança em relação aos pais ou a qualquer outra pessoa do seu meio social. Ou seja, Porto defende que, para os psicopedagogos, os jogos fornecem elementos de análise, uma vez que podem ser interpretados orientando assim, na formulação das hipóteses e, por fim, no diagnóstico.

Segundo Pain (apud Porto, 2011: 83) é necessário que o psicopedagogo conheça a aptidão da criança para criar, refletir, organizar, integrar; e considerar alguns aspectos fundamentais da aprendizagem que poder ser extraídos dessa

observação dos jogos: distancia do objeto, capacidade de inventário, função simbólica, adequação significativa- significado, organização, construção de sequência, integração e esquemas de assimilação.”

Porto ainda explica que os jogos podem ser usados como instrumento de intervenção, uma vez que o psicopedagogo joga o jogo da criança, sem perder de vista o compromisso com a aprendizagem e lembra que toda relação do sujeito com o mundo, depois que deixa de ser um reflexo, demanda aprendizagem.

Outra forma de analisar a intervenção psicopedagógica, ainda segundo Porto, é por meio da “Pesquisa Participante”. Com ela trabalha-se múltiplas fontes de dados, oriundos dos vários procedimentos utilizados como estratégias, como a observação, conversas casuais, entrevistas e documentos. Na entrevista também deve ser considerado o não verbal, como as expressões faciais, gestos e tom de voz. Porto explica que o principal aspecto desse método de pesquisa é que o pesquisador mergulha no campo e observa segundo a perspectiva dos sujeitos que estão envolvidos na ação. Além disso, Porto explica que esse tipo de pesquisa é entendida como um processo, onde o pesquisador deve ser cada vez mais participante e obter acesso ao campo de atuação e das pessoas.

A “Anamnese Psicopedagógica” é outra técnica que Porto explica como modalidade de intervenção útil. Nesse modelo não se pode simplesmente usar o roteiro como perguntas e respostas, deve ser uma conversa direcionada aos pais da criança e deve-se deixar que falem de forma detalhada e somente interrompê-los caso o discurso fuja do foco. Essa “entrevista” busca informações como: o motivo da consulta, se houve uma evolução no quadro da criança, se existem tiques ou hábitos especiais, os antecedentes patológicos como tratamento médico e se existem outras pessoas na família com o mesmo problema, também sobre a sociabilidade, alimentação, etc. Segundo Porto, a finalidade dessa técnica é obter resultados mais fidedignos e permitir a detecção das contradições e omissões dos fatos. Tem como objetivos levantar as hipóteses das causas dos sintomas e dos fatores endógenos e exógenos a ele relacionados, além de investigar a forma pela qual a criança “aprendeu a aprender” que possa justificar a defasagem em suas ações.

Porto argumenta em defesa da importância desse instrumento para o processo do diagnóstico, pois auxilia na investigação, mesmo que os dados obtidos estejam contaminados pela percepção que os pais têm dos fatos e da criança.

Explica também que a anamnese pode ocorrer após a entrevista inicial, ou após um contato com a criança, como no jogo, ou ainda após os procedimentos da EOCA.

A Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem também tem como objetivo detectar os sintomas e formular hipóteses sobre as causas das dificuldades de aprendizagem, sem julgamento prévio ou contaminação dos pais. É normalmente recomendada no caso do profissional optar no primeiro contato com a problemática por ficar em contato direto com o sujeito; uma vez que a EOCA trata de um instrumento que possibilita a sondagem da problemática de aprendizagem e auxilia o profissional a delinear o que necessita ser mais investigado. Porém, Porto deixa claro que, mesmo no caso do psicopedagogo utilizá-la após entrevista inicial, e já saber a história de vida do sujeito, o resultado também é satisfatório, mas, sofre a contaminação da visão dos pais.

Na Instituição Escolar esse instrumento também é aplicado, por se tratar de uma atividade similar as utilizadas em sala de aula; nesse caso, Porto aponta que o uso da EOCA se restringe ao processo de triagem. A técnica utiliza materiais, que dependem da faixa etária, e o sujeito utilizando-o mostra que sabe fazer, o que ensinaram a ele e o que ele aprendeu. Porto dá exemplos de materiais como folhas de papel, folhas pautadas, lápis sem ponta, apontador, caneta, borracha, tesoura, papéis coloridos, régua, revistas, livros e cola. A partir disso, a autora explica que o psicopedagogo deve atentar a três aspectos durante a realização da técnica: a temática, a dinâmica e o produto. Isso significa que, na temática deve observar o que o sujeito diz e o que ele realiza; na dinâmica, deve estar atento aos gestos, postura corporal, expressões faciais e maneira de pegar material, e, por fim, o produto, isso é, o que foi realizado, o que foi construído pelo sujeito.

Para finalizar, pudemos perceber que o papel do psicopedagogo é fundamental na Instituição Escolar. Isto porque, ao atuar, este profissional procura entender o trabalho pedagógico sem perder de vista os processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos do sujeito da aprendizagem. Assim fazendo, age de forma integrada e integradora do ser humano, bem como favorece a consecução dos objetivos educacionais ao mesmo tempo em que cria oportunidades de aprendizagens significativas. Além disso, o psicopedagogo atua também no planejamento educacional realizando assessoramento pedagógico.

E o que essa área de conhecimento e de atuação tem a oferecer às escolas de Ensino Fundamental 1?

Antes, porém, caracterizemos esse nível do Ensino, tal como regulamentado na legislação educacional brasileira.

CAPÍTULO 2: O Ensino Fundamental 1: Pressupostos e Objetivos

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.”

Paulo Freire (www.paulofreire.ce.ufbp.br)

No presente capítulo, examinarei os dois documentos que regulamentam o Ensino Fundamental 1 – os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem (OC) –, a fim de explicitar os objetivos e as expectativas de aprendizagem previstos para esse nível de ensino.

Os PCNs são documentos mais antigos que as Orientações Curriculares (OC), pois foram elaborados pelo Governo Federal em 1996, enquanto as Orientações em 2007, pela Secretaria Municipal da Educação.

Na Introdução aos PCNs, é explicado que são diretrizes voltadas para a estruturação ou reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil, com o objetivo de padronizar o ensino do País; são obrigatórios na rede pública e opcionais para as instituições privadas. Já as Orientações Curriculares definem expectativas de aprendizagem para cada ano nas escolas da Rede Municipal.

Mais detalhadamente, o PCN é uma “proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre os currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores” (Introdução aos PCNs Vol. 1, 1997, P.13). Segundo o site “Educar para Crescer” pressupõe-se que, em cada escola, os PCNs sejam adaptados às peculiaridades locais, de modo que exerçam sua função, que é orientar e garantir a produção pedagógica dos professores, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis. Ou seja, os PCNs “funcionam como elemento catalisador de ações na busca de uma melhora da qualidade da educação brasileira” (Introdução aos PCN, Vol. 1, 1997, P.13).

Os PCNs são subdivididos, segundo os graus da escolaridade: Educação Infantil, Educação Fundamental 1, Educação Fundamental 2 e Ensino Médio. Focaremos nos PCNs relativos ao Ensino Fundamental 1, do 2º ao 5º ano, explicitados nos seguintes volumes:

Volume 1. Introdução aos PCNs

Volume 2. Língua Portuguesa

Volume 3. Matemática

Volume 4. Ciências Naturais

Volume 5.1 e 5.2. História e Geografia

Volume 6. Arte

Volume 7. Educação Física

Volume 8.1. Temas Transversais – Apresentação

Volume 8.2. Temas Transversais – Ética

Volume 9.1. Meio Ambiente

Volume 9.2. Saúde

Volume 10.1. Pluralidade Cultural

Volume 10.2. Orientação Sexual

Como objetivos gerais do Ensino Fundamental, explicitados no Volume 1, e no início de todos os outros volumes, os PCNs propõem que os alunos sejam críticos, capazes de compreender e exercer a cidadania, assim como capazes de transformar o ambiente e de tomar decisões; propõem também que os alunos sejam habilitados a conhecer as características fundamentais do Brasil, nas dimensões sociais, naturais e culturais, e também conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural brasileiro, posicionando-se contra qualquer discriminação. Além disso, a criança deve se conhecer e se relacionar, cuidar do próprio corpo, adotando hábitos saudáveis e ter relação com a saúde coletiva, isso é, adotar hábitos saudáveis; utilizar diferentes linguagens para expressar suas ideias, saber interpretar e usufruir de diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para a construção de conhecimentos e questionar a realidade formulando problemas e resolvendo-os com pensamento lógico e criatividade.

As Orientações Curriculares são também apresentadas segundo as áreas de conhecimento, porém de forma distinta. Existem Orientações para Língua Portuguesa, Artes, Inglês, Educação Física, História, Geografia, Matemática e Ciências, que são referentes ao Ensino Fundamental 2; Educação de Jovens e Adultos; Educação Fundamental 1, Educação Infantil; Libras, para Educação Infantil e Ensino a Fundamental; Língua Portuguesa para pessoa surda, também para Educação Infantil e Ensino Fundamental; Educação Étnico-Racial, destinados para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e Tecnologias da Informação e Comunicação, destinados também para os três graus. Como o foco é o Ensino Fundamental 1, apontarei, segundo as Orientações Curriculares do Ensino Fundamental 1, os objetivos, o modo de avaliar e apresentarei a divisão feita entre as áreas do conhecimento em três grandes campos e suas correspondentes expectativas para com os alunos.

O objetivo das Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental 1 é construir uma educação de qualidade, considerando todas as dimensões do ser humano. Para isto, as OC defendem uma organização inovadora, aberta e dinâmica com infra-estrutura adequada e docentes motivados, comunicativos e comprometidos, de modo que os alunos também se sintam motivados e interessados em estudar e aprender. Ainda contido no próprio documento é dito ser necessário ocorrer uma relação entre os docentes e alunos de respeito e orientações que englobem também a família e outras Instituições.

Além disso, as Orientações são reguladas pela lei nº 9.394 – 96, integrante das Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e suas emendas. Estas leis estabelecem que os currículos do Ensino Fundamental devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, além de Artes, Educação Física, História do Brasil (incluindo história e cultura Afro- Brasileira), o diálogo e articulações entre essas áreas do conhecimento e a promoção de uma aprendizagem significativa. Quanto à forma de avaliar o aluno, ponto importante para esse estudo sobre a ação psicopedagógica na escola, as Orientações defendem que deve ocorrer no próprio processo de trabalho dos estudantes, no dia- a- dia, em discussões coletivas e realizações individuais. Assim, segundo o documento, os educadores, podem perceber se os estudantes estão ou não se aproximando das expectativas de

aprendizagem consideradas desejáveis e localizar as dificuldades para que elas sejam auxiliadas e superadas, buscando novos caminhos que os levem à aprendizagem.

As expectativas de aprendizagem referentes às diferentes áreas do conhecimento, para os cinco anos da escolaridade, são organizados, como já citado, em três grandes campos de conhecimentos, pelas Orientações Curriculares do Ensino Fundamental 1. São elas: Língua Portuguesa e Matemática (ferramentas essenciais para construção dos conhecimentos), Natureza e Sociedade (para construção de conceitos de espaço, tempo, fenômenos naturais e sociais e conceitos do cotidiano) e Arte e Educação Física (para diferentes formas de expressão). Dentro do segundo campo estão as disciplinas de Geografia, História e Ciências Naturais com objetivos específicos para cada disciplina. De forma sucinta, a seguir, citarei as expectativas de aprendizagem em cada grande campo. Para uma busca detalhada dos conteúdos explorados em cada ano, pode-se consultar as Orientações Curriculares do Ensino Fundamental 1, encontrada no site: http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EnsFundMedio/CicloI/OrientaCurriculares_ExpectativasAprendizagem_EnsFnd_cicloI.pdf

Na Língua Portuguesa, a expectativa é o domínio da modalidade escrita e oral, e isso inclui leituras, produções de textos, análise e reflexão sobre a língua e a linguagem, assim como escuta apurada e boa comunicação. Em Matemática, dominar os cinco blocos temáticos: números, operações, espaços e formas, grandezas e medidas e tratamento da informação. Em Natureza e Sociedade são desenvolvidos temas como: lugares onde vivemos (ambientes e vivências), modos de viver (interação e convivência), o que compartilhamos (interação com o planeta), o que e como produzimos (produção e cultura), como nos comunicamos (sociedade e comunicação), quem somos (identidade social e diversidade) e viver na cidade de São Paulo (modos de vida). Em Artes, a expectativa é que as crianças desenvolvam a criatividade via produções culturais, tenham olhar sensível e se tornem interessados por acervos culturais, artistas e obras. E em Educação Física, espera-se que pratiquem danças, lutas, ginásticas, até brincadeiras, enfim, esportes em geral que favoreçam o desenvolvimento do corpo e da mente.

A partir do que foi visto até o presente momento, concluo que os objetivos gerais constantes nos PCNS e as expectativas de aprendizagem explicitadas nas OC, visando o Ensino Fundamental 1, vão além de boas notas que, de certa forma, atuam como indicadores de que os conteúdos escolares foram alcançados. Segundo a Introdução aos PCNs, a escola é uma construção coletiva e permanente de saberes, que também deve estar voltada para a construção da cidadania, razão pela qual um de seus objetivos, como já visto, é tornar os conteúdos significativos para os alunos. Para isso “os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais.” (Introdução aos PCNs, Vol. 1, 1997, P. 45). Ou seja, este documento defende que a escola deve ser um espaço de formação e informação, onde os alunos possam desenvolver suas capacidades e utilizar os conteúdos escolares como instrumentos de compreensão da realidade em que vivem, possibilitando, assim, uma aprendizagem significativa, sem esquecer de levar em conta que cada instituição apresenta uma realidade diferente quanto às classes sociais, religião e características específicas da comunidade.

Outros dois pontos importantes que a Introdução aos PCNs faz referência são: o compromisso que a escola deve ter de “intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e a socialização dos seus alunos.” (Introdução os PCNs, Vol.1, 1997, P. 46). E quanto a própria relação professor e aluno, “alunos e professores atuam como co- responsáveis, ambos com uma influência decisiva para o êxito do processo.” (Introdução aos PCNs, Vol. 1, 1997, P. 52). Afinal, como o documento afirma, vivemos em um mundo globalizado e a escola, em vista disto, tem um papel a realizar: deve posicionar-se de maneira que possibilite a formação de valores e atitudes relacionados às questões sociais, políticas e ambientais, tais como a eleições e partidos, drogas, saúde e tecnologia e também formar cidadãos autônomos, críticos e comunicativos.

Acredito que cada escola deve ter seus objetivos próprios, elaborados e manifestados por todos os profissionais, assim como proposto na Introdução aos PCNs (Introdução aos PCNs, Vol. 1, 1997, P. 48). Sinteticamente, esse projeto pedagógico propõe um processo que inclui metas e meios para que seja desenvolvido nos alunos o sentido e valorização das rotinas de trabalhos em grupos e individuais; além disso, propõe a participação dos pais quanto ao conhecimento

dessa proposta e sua intervenção quando achar necessária. Os alunos não contam exclusivamente com o ambiente de aprendizagem escolar para a construção do conhecimento e conteúdos; a mídia, igreja, amigos, e a própria família também são fontes de influência educativa que refletem na construção do significado dos conteúdos. Ou seja, os alunos precisam ter uma visão ampla de tudo aquilo que os cercam, dentro e fora do ambiente escolar, para assim, como defende Paulo Freire, se capacitarem a “ler o mundo” e a poder transforma-lo.

Como se vê, os Parâmetros e as Orientações Curriculares relativos ao Ensino Fundamental 1 em nada discrepam das preocupações e objetivos que caracterizam a Psicopedagogia como área de conhecimento e de intervenção, voltados para a viabilização da aprendizagem e/ou para o seu resgate. Contudo, antes de finalizar este trabalho, caberia retomar nosso ponto de partida - a observação de uma criança do 2º ano do Ensino Fundamental 1, considerado problemático pela escola - a fim de relatarmos o modo como a escola lidou com o “problema” e refletirmos sobre como a presença de um psicopedagogo no contexto escolar poderia contribuir favoravelmente com situações como essas. É o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: Reflexões Psicopedagógicas sobre a prática Pedagógica

A escola era de classe média alta e alta e atendia crianças e jovens da Educação Infantil até o Ensino Médio. Realizei meu estágio na Educação Fundamental I (2º ano), na qualidade de estagiária que exercia papel de assistente da professora. Essa escola não contava com um psicopedagogo para atender as crianças com dificuldades de aprendizagem. Quem exercia essa função era a diretora, portadora do diploma de Psicologia. Ela buscava solucionar as dificuldades apresentadas por alguns alunos de forma dinâmica na sala da diretoria, planejando um “projeto” com o aluno. Esse projeto (assim nomeado pela própria diretora) nada mais era que uma reflexão por escrito do próprio aluno sobre suas atitudes, consideradas indisciplinadas em sala de aula. Isto é, essa “diretora-psicopedagoga” somente buscava resolver casos de indisciplina em sala de aula. Quanto aos alunos que não atingiam as notas esperadas eram encaminhados para as estagiárias que, uma vez por semana, realizavam o que chamavam de “Educação Pessoal”. O objetivo dessas aulas era transmitir o mesmo conteúdo já ministrado, de outra forma, na tentativa de que os alunos assim o entendessem. Caso algum aluno continuasse apresentando dificuldades, eram marcadas reuniões com os pais e sugeridas as “tais” aulas particulares.

Na sala em que eu estagiava, havia um menino de 7 (sete) anos que apresentava uma conduta discrepante da esperada pela escola, mas não tinha dificuldades nas disciplinas e tirava notas acima da média. Durante o relato, farei referência a esse aluno como G.

G. aparentemente não prestava atenção nas aulas, pois desenhava nas carteiras e brincava durante as explicações da professora; quando contrariado, batia nos amigos, em si mesmo, derrubava sua carteira e gritava. Além disso, suas brincadeiras eram sempre agressivas e acabavam machucando os colegas, além de sempre insistir para a mãe (que o atendia) levar suas armas de brinquedo para escola, o que não era permitido. Depois de muitos episódios desses em sala de aula, a primeira intervenção que a escola fez foi realizar uma conversa com esse aluno, juntamente com a coordenadora e diretora. O objetivo dessa conversa era explicar para essa criança que atitudes agressivas como as dele não eram

adequadas e, se isso continuasse, iam ter que marcar uma reunião com os pais. A escola já estava ciente das atitudes desse aluno desde a Educação Infantil quando, por vezes, já tiveram que intervir em suas atitudes, conversando com o próprio aluno e com sua mãe.

Com o passar das semanas, a postura do aluno não mudava e, assim, marcaram uma reunião com os pais. Por meio da professora obtive as informações de que somente a mãe de G. compareceu e contou para a diretora que o filho já tinha frequentado uma psiquiatra e tomado remédios, para amenizar suas atitudes agressivas. Além disso, explicou para a diretora que o pai do menino é “bipolar”¹ e que o filho já havia presenciado algumas situações em que o pai agia de forma fortemente agressiva. A mãe, por sua vez, também teve “depressão”² e foi medicada. A partir dessas informações, a escola recomendou que a criança voltasse a frequentar a psiquiatra, uma vez que suas atitudes estavam prejudicando também os colegas e o andamento da aula. A mãe não atendeu a recomendação logo de início, porque não queria que o filho voltasse a tomar remédios. Com o passar dos meses, a atitude de G. foi se agravando. Por exemplo, passou a sair da sala de aula sem avisar e ficar passeando; quando solicitado para que voltasse para a sala, sua resposta era negativa e acompanhada de gritos e correrias. Essa reação mobilizava, não só a sala de aula em que ele fazia parte, mas as outras salas do corredor, uma vez que todos os alunos percebiam o agito e ouviam os gritos. Com o passar do tempo, o diálogo entre os docentes e a criança se tornava cada vez mais difícil.

A escola passou, então, a deixar o aluno fazer o que bem entendesse, considerando que, uma vez que ele não estava assistindo as aulas, ele ia sentir o reflexo de sua postura nas notas baixas, quando o período de provas chegasse. Então, quando G. saía da sala era para deixa-lo passear; se ele não estivesse prestando atenção na aula, não era para chamar sua atenção; e, quando ele gritasse, era para ignorar. Acredito que orientações pedagógicas como essas, no

¹ DICIONÁRIO PRIBERAM. [Psiquiatria] Que tem uma perturbação de humor caracterizada por alternância entre estados depressivos e estados de excitação eufórica.

² . DICIONÁRIO PRIBERAM. [Depressão]. Estado patológico de sofrimento assinalado por um abaixamento do sentimento de valor pessoal, por pessimismo e por uma inapetência face a vida.

contexto escolar , não eram pertinentes, pois os demais alunos entenderam que essa criança podia fazer o que quisesse, porque não era “normal” e outros alunos queriam imitar as atitudes de G. Ou seja, ignorar a conduta discrepante de G., além de não solucionar o que estava acontecendo, ainda repercutiu negativamente em toda a sala de aula e, em acréscimo contribuiu para a exclusão crescente de G. do resto da turma. Resultado: os pais de outras crianças iam a escola querendo explicações sobre o que estava acontecendo, querendo saber o porquê do tratamento diferente que era dado a G.

O caso se complicava cada vez mais, e a escola não sabia mais o que fazer, tão pouco a “diretora- psicopedagoga”. Inúmeras foram as alternativas oferecidas ao garoto, tais como: possibilidade de realizar desenhos, na sala da diretora (uma vez que ele adorava desenhar) depois do horário da aula, caso ele tivesse se “comportado”; disponibilidade de uma almofada para que ele pudesse bater quando sentisse raiva. Porém, o menino não queria ir à sala da diretora depois do horário de aula, pois seus amigos já estavam se direcionando para a saída. Assim, o garoto começou a sair quinze minutos antes da aula para fazer os desenhos. Ainda vale lembrar que, na hora da saída, eram disponibilizados jogos e brinquedos, para as crianças se entreterem. Quando a mãe de G. chegava para busca-lo, e ele estava brincando, o garoto recebia a mãe aos gritos e xingamentos, e se negava a ir embora.

Desenhos, almofadas para bater... nada disso adiantava. O menino continuava apresentando agressividade, e, posteriormente passou também a sair da sala de aula e a se pendurar em escadas e janelas, ameaçando suicídio. A partir dessas ameaças de suicídio, a diretora começou a intervir de forma punitiva, tirando do aluno o direito a fazer aulas de Educação Física (uma de suas preferidas). Mais uma vez a intervenção não funcionou e as reações de G. só pioravam. Assim, foi recomendado que eu não mais exercesse a função de assistente de sala. Minha função, a partir de um dado momento, era ficar ao lado de G., dizendo o que não deveria ser feito e indo atrás dele quando ele simplesmente saía da sala de aula. Passei a acompanhá-lo exclusivamente durante as aulas e na hora do recreio, uma vez que ele não podia mais brincar com os demais colegas. Na hora do recreio, o menino se mantinha calmo e sempre pedia para que nós jogássemos xadrez; só demonstrava raiva se perdia a partida. Sempre que lhe

explicava que estávamos apenas brincando e que o objetivo daquela atividade era a diversão, ele se acalmava.

Com o passar dos meses, me proibiram de brincar ou conversar com G. Minha função deveria se resumir a acompanhá-lo, quando saísse da sala de aula, e a segurá-lo quando, eventualmente, estivesse em algum local perigoso. A situação caminhava para uma total exclusão de G. do contato com os demais colegas. Estes não queriam brincar com G. por medo de se machucarem ou por recomendação dos pais. As demais crianças que dele se aproximavam, na escola, o tratavam de forma infantilizada. Penso que essas reações decorreram, em parte, das intervenções errôneas que não valorizaram o coletivo, bem como do fato de não existir um profissional capacitado a lidar com G. O resultado de tantos desacertos foi um olhar diferenciado e discriminador com relação a G.

Penso que a pessoa mais indicada para atendê-lo e acompanhá-lo seria um profissional com uma formação em Psicopedagogia, pois o psicopedagogo poderia intervir de forma mais efetiva durante as aulas e o recreio, realizando um trabalho que, aos poucos, poderia direcionar o aluno ao prazer de aprender e de estar na escola. Poderia, além disso, favorecer a reflexão de G. sobre as implicações de suas condutas no coletivo da escola, em seus colegas de sala, no grupo-classe e em suas relações familiares.

As relações familiares, como vimos no capítulo 2, repercutem diretamente na aprendizagem escolar. Se algo está incomodando o aluno em casa, isto se reflete em sala de aula. Não quero com isso dizer que não pode haver problemas em casa; pelo contrário, quero apenas enfatizar a importância da íntima relação entre a escola e a família, e vice-versa, no sentido de ambas contribuírem para o êxito escolar da criança.

G. procurava artifícios para chamar a atenção como uma forma de pedir ajuda. Os pais de G. buscaram o período integral da escola e as horas extracurriculares para mantê-lo sempre, em atividade, fora de sua casa e dos problemas que nela existia. Por meio de sua conduta escolar, G. dava sinais de que precisava de atenção e cuidados. Incapacitado de mostrar suas habilidades e competências, G. exibia o que não podia deixar de ser visto: a preguiça, a lição mal feita, o mau comportamento em sala de aula e fora dela, e até mesmo as ameaças

de suicídio. Acredito que um aluno aflito, seja qual for o motivo, busca chamar a atenção de forma negativa, porque infelizmente são esses aspectos que chamam a atenção da maioria dos profissionais da escola. Uma lição caprichada e boas notas não passam de obrigações, razão pela qual prescindem de reconhecimento e elogios.

A atuação de um psicopedagogo qualificado, com a parceria da escola e da família, constitui, a meu ver, condição necessária para melhor entender as dificuldades escolares de G. de modo a poder melhor trabalhá-las. Embora o problema de G., ao que tudo indica, seja de origem familiar e de natureza emocional, sem dúvida acaba por repercutir em suas possibilidades de aprender (a despeito de suas notas na média). Penso que, por tudo isso dito, a presença do psicopedagogo na escola é essencial. Não digo que, com certeza, ele encontraria uma solução para as dificuldades de G., mas posso assegurar que, com os recursos oferecidos pela Psicopedagogia, esse profissional poderia diagnosticar e favorecer a criação de um ambiente escolar mais propício para lidar com as dificuldades pessoais desse aluno e de todo o contexto escolar onde ele se encontra. Caberia ao psicopedagogo levantar hipóteses indicativas da problemática de G. e propor estratégias capazes de criar situações escolares motivadoras. Iria também propor novas alternativas de ações voltadas para a melhoria da prática pedagógica. O trabalho desse profissional, como vimos no Capítulo I, é minucioso e requer muita atenção, além de envolver várias etapas. Por isso sua função não deve ser assumida por coordenadores ou diretores, pois esses já possuem outras funções e responsabilidades. O psicopedagogo tem a capacidade de mediar e lidar com situações como essas, ilustradas a partir da história de G., sem que outros “obstáculos” prejudiquem o andamento dos alunos, professores, coordenadores, isto é, a escola como um todo. Mesmo que, inicialmente as notas de G. não refletissem seu mau comportamento, o psicopedagogo iria direcioná-lo a encontrar possibilidades de prazer na escola, de modo a ajudá-lo a melhor se preparar para enfrentar o mundo lá de fora.

Acredito que não se deve taxar a escola como uma oficina, portadora de ferramentas de todos os tipos, capazes dos maiores milagres, como escreveu Rubem Alves (2011: 93) e, muito menos, deve-se pensar que, para resolver todos os problemas nela presentes, somente é necessário mais verbas e artefatos

técnicos., Não é daí que o pensamento, a vontade e a motivação nascem. Os profissionais da educação não precisam e nem podem ter todas as respostas e saber solucionar todos os problemas, pois ninguém é capaz disso. O fato da diretora não saber lidar com a situação aqui descrita, não é o que justifica a importância do psicopedagogo na escola. Esse profissional, eventualmente, também poderia não saber o que fazer. Mas ele é o profissional responsável por buscar novos caminhos para melhor compreender o aluno; encontrar novas maneiras para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais eficiente; encontrar um novo modo de pensar para o aluno, sem perder de vista a escola como um todo, os demais alunos e pessoas que participam dessa organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com a presença do psicopedagogo na instituição escolar, os alunos que apresentam dificuldades, quer sejam de aprendizagem, de conduta escolar, ou ambas, discrepante do podem ser melhor compreendidos e conduzidos em direção ao prazer de aprender e de estar no ambiente escolar. Como visto, não são somente notas baixas e dificuldades na assimilação dos conteúdos que são alvo de interesse para o psicopedagogo. O comportamento esperado, influenciado pelo meio social ou pela família, também pode e deve ser considerado e investigado pelo psicopedagogo e, se possível, trabalhado no próprio contexto escolar.

A Psicopedagogia, ao fazer uso dos modos de prevenir, diagnosticar e de corrigir possíveis dificuldades de aprendizagem, pode dispor também de estratégias capazes de intervir na relação que o aluno estabelece com os outros e com o meio; assim, a criança pode encontrar novos significados e sentidos para estar no ambiente escolar. Dessa forma, se dificuldades na aprendizagem ou posturas indisciplinadas se fizerem presentes, serão vistas como parte desse processo e não como um problema; afinal, cada um possui sua individualidade, suas próprias condições, seus limites e meios para acessar conhecimentos, construir os saberes e agir. A Psicopedagogia atua realizando diagnósticos e tratamentos daqueles que, de um modo ou outro, apresentam dificuldades no que concerne ao ato humano de aprender, conhecer e ser. Para um novo olhar ser construído sobre o papel do psicopedagogo na escola, é necessário que as escolas reflitam sobre essas questões – assim como a família e a sociedade –, buscando sempre realizar um movimento de abertura para o novo e para as múltiplas dimensões que participam do ato humano de aprender e de ser.

Concluo, portanto, que a escola só tem a ganhar com a presença de um profissional da área da Psicopedagogia na escola e, de modo especial, nessa etapa do processo de escolarização – o Ensino Fundamental 1 – que corresponde a uma etapa do desenvolvimento humano definidora dos alicerces da inteligência, da sensibilidade e da capacidade humana de relacionamento com o meio e com o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEAUCLAIR, João. Para entender Psicopedagogia – Perspectivas Atuais e Desafios Futuros. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil – Contribuições a Partir da Prática. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DEPORTO. Secretária de Educação Fundamental. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: 1997

PORTO, Olivia. Bases da Psicopedagogia – Diagnóstico e Intervenção nos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

PRIBERAM, Dicionário on-line.

REDE MUNICIPAL. Orientações Curriculares: proposições de expectativas de aprendizagem Ensino Fundamental 1. São Paulo: 2007

RUBEM, Alves. A alegria de ensinar. Campinas – SP: Papyrus Editora, 2011

ANEXO: Ética do Trabalho Psicopedagógico

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS

Artigo 1º

A psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana; seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio _ família, escola e sociedade _ no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da psicopedagogia.

Parágrafo único

A intervenção psicopedagógica é sempre da ordem do conhecimento relacionado com o processo de aprendizagem

Artigo 2º

A Psicopedagogia é de natureza interdisciplinar. Utiliza recursos das várias áreas do conhecimento humano para a compreensão do ato de aprender, no sentido ontogenético e filogenético, valendo-se de métodos e técnicas próprios.

Artigo 3º

O trabalho psicopedagógico é de natureza clínica e institucional, de caráter preventivo e/ou remediativo.

Artigo 4

Estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados em 3º grau, portadores de certificados de curso de Pós-Graduação de Psicopedagogia, ministrado em estabelecimento de ensino oficial e/ou reconhecido, ou mediante direitos adquiridos, sendo indispensável submeter-se à supervisão e aconselhável trabalho de formação pessoal.

Artigo 5

O trabalho psicopedagógico tem como objetivo: (i) promover a aprendizagem, garantindo o bem-estar das pessoas em atendimento profissional, devendo valer-se dos recursos disponíveis, incluindo a relação interprofissional; (ii) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES DOS PSICOPEDAGOGOS

Artigo 6º

São deveres fundamentais dos psicopedagogos:

- A) Manter-se atualizado quanto aos conhecimentos científicos e técnicos que tratam o fenômeno da aprendizagem humana;
- B) Zelar pelo bom relacionamento com especialistas de outras áreas, mantendo uma atitude crítica, de abertura e respeito em relação às diferentes visões do mundo;
- C) Assumir somente as responsabilidades para as quais esteja preparado dentro dos limites da competência psicopedagógica;
- D) Colaborar com o progresso da Psicopedagogia;
- E) Difundir seus conhecimentos e prestar serviços nas agremiações de classe sempre que possível;
- F) Responsabilizar-se pelas avaliações feitas fornecendo ao cliente uma definição clara do seu diagnóstico;
- G) Preservar a identidade, parecer e/ou diagnóstico do cliente nos relatos e discussões feitos a título de exemplos e estudos de casos;
- H) Responsabilizar-se por crítica feita a colegas na ausência destes;
- I) Manter atitude de colaboração e solidariedade com colegas sem ser conivente ou acumpliciar-se, de qualquer forma, com o ato ilícito ou calúnia. O respeito e a dignidade na relação profissional são deveres fundamentais do psicopedagogo para a harmonia da classe e manutenção do conceito público.

CAPÍTULO III

DAS RELAÇÕES COM OUTRAS PROFISSÕES

Artigo 7º

O psicopedagogo procurará manter e desenvolver boas relações com os componentes das diferentes categorias profissionais, observando, para este fim, o seguinte:

- A) Trabalhar nos estritos limites das atividades que lhes são reservadas;
- B) Reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização; encaminhando-os a profissionais habilitados e qualificados para o atendimento;

CAPÍTULO IV DO SIGILIO

Artigo 8º

O psicopedagogo está obrigado a guardar segredo sobre fatos de que tenha conhecimento em decorrência do exercício de sua atividade.

Parágrafo Único

Não se entende como quebra de sigilio, informar sobre cliente a especialistas comprometidos com o atendimento.

Artigo 9º

O psicopedagogo não revelará, como testemunha, fatos de que tenha conhecimento no exercício de seu trabalho, a menos que seja intimado a depor perante autoridade competente.

Artigo 10º

Os resultados de avaliações só serão fornecidos a terceiros interessados, mediante concordância do próprio avaliado ou do seu representante legal

.

Artigo 11º

Os prontuários psicopedagógicos são documentos sigilosos e a eles não será franqueado o acesso a pessoas estranhas ao caso.

CAPÍTULO V

DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Artigo 12º

Na publicação de trabalhos científicos, deverão ser observadas as seguintes normas:

- a) A discordância ou críticas deverão ser dirigidas à matéria e não ao autor;
- b) Em pesquisa ou trabalho em colaboração, deverá ser dada igual ênfase aos autores, sendo de boa norma dar prioridade na enumeração dos colaboradores àquele que mais contribuir para a realização do trabalho;
- c) Em nenhum caso, o psicopedagogo se prevalecerá da posição hierárquica para fazer publicar em seu nome exclusivo, trabalhos executados sob sua orientação;
- d) Em todo trabalho científico deve ser indicada a fonte bibliográfica utilizada, bem como esclarecidas as idéias descobertas e ilustrações extraídas de cada autor.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICIDADE PROFISSIONAL

Artigo 13º

O psicopedagogo ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo com exatidão e honestidade.

Artigo 14º

O psicopedagogo poderá atuar como consultor científico em organizações que visem o lucro com venda de produtos, desde que busque sempre a qualidade dos mesmos.

CAPÍTULO VII DOS HONORÁRIOS

Artigo 15º

Os honorários deverão ser fixados com cuidado, a fim de que representem justa retribuição ao serviços prestados e devem ser contratados previamente.

CAPÍTULO VIII DAS RELAÇÕES COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Artigo 16º

O psicopedagogo deve participar e refletir com as autoridades competentes sobre a organização, implantação e execução de projetos de Educação e Saúde Pública relativo às questões psicopedagógicas.

CAPÍTULO IX DA OBSERVÂNCIA E CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA

Artigo 17º

Cabe ao psicopedagogo, por direito, e não por obrigação, seguir este código.

Artigo 18º

Cabe ao Conselho Nacional da ABPp orientar e zelar pela fiel observância dos princípios éticos da classe.

Artigo 19º

O presente código só poderá ser alterado por proposta do Conselho da ABPp e aprovado em Assembléia Geral.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 20º

O presente código de ética entrou em vigor após sua aprovação em Assembléia Geral, realizada no V Encontro e II Congresso de Psicopedagogia da ABPp em 12/07/1992, e sofreu a 1ª alteração proposta pelo Congresso Nacional e Nato no biênio 95/96, sendo aprovado em 19/07/1996, na Assembléia Geral do III Congresso Brasileiro de Psicopedagogia da ABPp, da qual resultou a presente solução.